

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Reforma administrativa é prioridade, afirma Motta

Presidente da Câmara dará ênfase ao debate no segundo semestre

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse ontem, que a reforma administrativa é prioridade da casa para o segundo semestre. “No que depender da presidência, vamos dar total prioridade a essa tramitação.” A votação da proposta de emenda constitucional (PEC) da segurança pública também é prioritária, afirmou.

“Após comissão geral e conversas com bancadas e após o périplo nas bancadas, é fazer um ajuste fino daquilo que teve resistência e precisa mudar, porque nessas conversas urgem sugestões, mas termos uma proposta e darmos início ao processo legislativo de debate e votação”, disse o presidente.

Segundo Motta, o objetivo da casa não é fazer uma reforma administrativa que “persiga o servidor público” e por isso não será

levada em consideração a PEC 32, que previa o fim da estabilidade na carreira. Mas ele ponderou que a reforma não vai “agradar a todos”.

“É claro que não vamos fazer uma reforma administrativa agradando a todos, para rever a eficiência do estado é preciso tomar uma medida que desagrade um ou ou-

tro”, afirmou Motta.

Para o presidente da Câmara, “há certo sentimento de que chegou a hora do Congresso se posicionar de como podemos entregar à população que mais precisa serviços de qualidade, combater o desperdício e ter mais eficiência na prestação do serviço público”.



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Proposta chegará ao plenário após passar por comissões técnicas

Carla Zambelli segue presa após audiência na Itália

/ JUSTIÇA

Depois de comparecer à Corte de Apelação de Roma, na Itália, para uma nova audiência ontem, Carla Zambelli voltou ao cárcere de Rebibbia sem uma decisão definitiva sobre se deverá esperar a tramitação do processo de sua extradição dentro ou fora da prisão.

O tribunal, ao encerrar a sessão de cerca de uma hora, preferiu tomar a decisão de forma reservada, que será comunicada diretamente aos advogados. Não foi anunciado um prazo, mas deve ser dentro dos

próximos dias.

A congressista está detida desde o fim de julho, e seus advogados alegam que o estado de saúde de Carla Zambelli é incompatível com a cadeia. Eles pedem que a Justiça determine medidas menos restritivas, como a prisão domiciliar.

Para decidir, o tribunal encomendou uma perícia médica que atestasse as condições clínicas de Carla Zambelli. O laudo, apresentado durante a audiência, concluiu que ela pode continuar na prisão. Apesar de terem sido identificados distúrbio depressivo e dificuldades

relacionadas ao sono, não foi detectado risco de morte, e eventuais tratamentos podem ocorrer na penitenciária. Ela foi examinada pessoalmente na cadeia e sua documentação sanitária foi avaliada.

Carla Zambelli fugiu para a Itália para escapar da condenação de 10 anos de prisão determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ela foi acusada de participar da invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para emitir um mandado falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Sua defesa na Itália, para evitar a extradição, pretende demonstrar que o processo tem “anomalias”, como o fato de “a vítima do suposto crime ser a mesma pessoa que fez a sentença, que decidiu pela execução da sentença e que decidiu a apelação”, afirmou o advogado Pieremilio Sammarco. Carla Zambelli se diz vítima de perseguição política no Brasil.

Na sexta-feira passada, ela foi condenada pelo STF a outros cinco anos e três meses de prisão em regime semiaberto por outro caso, referente ao episódio em que sacou e apontou uma arma a um homem na véspera do segundo turno das eleições de 2022.



Carla Zambelli passará por perícia médica a ser avaliada pelo tribunal



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Tempos de intensas transformações

EDGAR LISBOA/ESPECIAL/JC



Seminário Econômico Lide Brasília (foto) reuniu ministros, empresários e lideranças políticas para debater o futuro do trabalho e os desafios regulatórios. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes destacou que “o País vive um tempo de intensas transformações no mundo do trabalho”. Segundo ele, “a digitalização e a automação devem modificar ou eliminar cerca de um quinto das ocupações atuais até 2027”. Lembrou ainda “que mais de 15 milhões de brasileiros já atuam como microempreendedores individuais”.

Inovação sem retrocesso

Gilmar Mendes defendeu que a inovação deve ser incorporada sem retrocessos, mas também sem a ilusão de que decisões pontuais poderiam deter o curso da história. “É essencial garantir transições justas, com requalificação profissional e investimentos em educação e tecnologia.”

Justiça e desafios contemporâneos

O empresário Paulo Octávio, presidente do Lide Brasília, destacou a importância do seminário como espaço para refletir sobre os desafios contemporâneos da Justiça e do mercado de trabalho. “Os empresários desejam trabalhar mais e desenvolver novos negócios, mas enfrentam obstáculos cotidianos. Ninguém mais quer ficar à beira dos tribunais, enfrentando ações constantes da Justiça do Trabalho, que atrapalham o desenvolvimento e o otimismo dos empresários.”

Sem impedir o desenvolvimento

Na mesma linha, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ressaltou que “a CLT, com mais de 80 anos, precisa ser reinterpretada diante das inovações tecnológicas”. Destacou que “a legislação deve proteger os mais vulneráveis, mas sem impedir o crescimento econômico”.

Segurança para quem investe

O presidente da Fiergs, Claudio Bier, representando a indústria gaúcha, defendeu um ambiente regulatório moderno e estável, capaz de oferecer segurança a investidores, além de flexibilidade para inovar. “O mundo do trabalho passa por transformação acelerada, com digitalização e transição ecológica. Precisamos nos aproximar das melhores práticas internacionais para que nossas empresas continuem gerando emprego e renda”, afirmou.

Avanços da reforma trabalhista

Ex-governador de São Paulo, João Doria reforçou a necessidade de consolidar os avanços da reforma trabalhista de 2017 e criticou propostas que buscam restringir a pejetização.

Formas de contratação em debate

O empresário Sérgio Longen, vice-presidente da CNI e presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul, destacou que “o seminário debateu modelos regulatórios contemporâneos, como a terceirização e a pejetização”. Lembrou a relevância do julgamento do recurso extraordinário que discute a licitude da contratação civil e de pessoas jurídicas para prestação de serviços.